

Poderes

Saúde distribui recursos a municípios sem estrutura para receber a verba

— Em pelo menos 20 cidades sem condições de realizar procedimentos de alta e média complexidades, valores recebidos ultrapassam os 1.000% da capacidade de atendimento

DANIEL WETERMAN
ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva repassou R\$ 8 bilhões do Ministério da Saúde para Estados e municípios sem estrutura para recebê-los, em 2023. O recurso enviado para algumas cidades superou em mais de 1.000% a capacidade efetiva de atendimento nessas localidades, enquanto outras ficaram sem recurso. Os repasses atenderam a pedidos de parlamentares.

O Ministério da Saúde impõe um limite que cada município pode receber, considerando a capacidade de atender a população, mas estourou esse teto em 651 cidades, ao caminhar o repasse como emergencial e não classificar a verba como emenda parlamentar.

Em resposta à reportagem, a pasta afirmou que realizou avaliações técnicas e considerou as necessidades específicas de cada localidade (mais informações na pág. A8).

O Estadão consultou documentos, ouviu técnicos do ministério, especialistas em orçamento público, parlamentares e prefeitos para analisar os repasses. Os R\$ 8 bilhões foram distribuídos conforme regras da Portaria 544, de maio de 2023. Do total, a maior parte (R\$ 5 bilhões) foi destinada à alta e a média complexidades, que envolvem cirurgias, exames e atendimentos médicos em Estados e municípios. O restante foi destinado à atenção básica, que inclui a manutenção de postos de saúde e equipes de agentes comunitários. Ainda não é possível saber em tudo que o dinheiro foi usado. Em vários municípios, no entanto, o recurso ficou na caixa e não foi gasto nem com exames nem com cirurgias.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, negou que os R\$ 8 bilhões tenham sido objeto de negociações com parlamentares, mas no Congresso o assunto é tratado com naturalidade. Os encontros aparecem até na agenda oficial de autoridades da pasta. Integrantes do ministério e parlamentares confirmaram a distribuição de recursos por critérios políticos.

Ao alegar emergência e não

ESTADO	POPULAÇÃO	PER CAPITA EM REAIS	VALOR EMPENHADO EM MILHÕES DE REAIS
SÃO PAULO	44.411.238	20,07	891,5
BAHIA	14.141.626	49,72	703,1
CEARÁ	8.794.957	77,2	679,0
ALAGOAS	3.127.683	212,92	665,9
RIO DE JANEIRO	16.054.524	39,72	637,6
MARANHÃO	6.775.805	80,31	544,2
MINAS GERAIS	20.538.718	26,41	542,5
PERNAMBUCO	9.058.931	51,31	464,9
PARANÁ	11.444.380	34,13	390,6
PARAÍBA	3.974.687	94,17	374,3
PARÁ	8.121.025	41,08	333,7
PIAUÍ	3.271.199	101,16	330,9
RIO GRANDE DO SUL	10.882.965	20,22	220,0
AMAZONAS	3.941.613	52,47	206,8
GOIÁS	7.056.495	28,78	203,1
SERGIPE	2.209.558	64,95	143,5
RIO GRANDE DO NORTE	3.302.729	37,15	122,7
TOCANTINS	1.511.460	74,88	113,2
MATO GROSSO DO SUL	2.757.013	38,13	105,1
ESPÍRITO SANTO	3.833.712	24,56	94,2
SANTA CATARINA	7.610.361	10,98	83,6
MATO GROSSO	3.658.649	20,11	73,6
RONDÔNIA	1.581.196	38,85	61,4
ACRE	830.026	69,26	57,5
RORAIMA	636.707	87,82	55,9
AMAPÁ	733.759	64,59	47,4
DISTRITO FEDERAL	2.817.381	10,19	28,7
TOTAL / MÉDIA	203.078.397	40,41	8.206,4

Fonte: FNS / INFOGRÁFICO ESTADO

carimbar as verbas como emendas parlamentares, os recursos de alta e média complexidades superaram o limite estabelecido pelo ministério em 651 municípios, sendo que em 20 deles o teto foi ultrapassado em mais de 1.000%. Outros 1.332 municípios que pediram recursos da mesma portaria não levaram nada.

ALAGOAS. Os mais beneficiados foram o governo de Alagoas (R\$ 166,5 milhões), o governo do Maranhão (R\$ 132 milhões) e a prefeitura de Maceió (R\$ 103 milhões), reduzido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Só depois aparecem cidades como São Paulo, Teresina e Curitiba.

A Secretaria de Saúde de Alagoas afirmou que os recursos estão depositados em uma conta, concluindo a fase de planejamento para custear serviços de assistência ambulatorial e hospitalar (mais informações na pág. A8). Em Goiás, os 1.744 habitantes de São João da Para-

raúna contam com apenas um posto de saúde e nenhum hospital, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde. O município declarou ter feito 28 mil procedimentos de média e alta complexidades em 2023, incluindo 4 mil exames de urina. A prefeitura recebeu, em novembro, R\$ 1,25 milhão para bancar procedimentos de alta e média complexidades por meio da portaria.

EMERGENCIAL. Rio Verde (GO), por outro lado, com 225,7 mil moradores e uma produção que superou 2 milhões de procedimentos especializados em 2023, pediu R\$ 126,7 milhões por meio da mesma portaria para bancar os serviços, mas não recebeu nada.

O valor repassado para São João da Paraúna representa 4,75% do limite autorizado pelo Ministério da Saúde para alta e média complexidades no município em 2023, que era de R\$ 26.271,24. Como o dinheiro foi classificado como emergen-

cial, atropelou esse teto. A parcela supera tudo que a administração municipal gastou com assistência hospitalar e ambulatorial em 2023 (R\$ 187 mil) e também tudo que o município planejou gastar com esses serviços no orçamento de 2024 (R\$ 452 mil).

O prefeito da cidade, Ubirajara Antônio Duarte Júnior (União), disse que aproximadamente R\$ 100 mil, ou seja, menos de 10% do valor recebido, foram usados até o momento (mais informações na pág. A8).

23.215% ACIMA. Filadélfia (TO), com 7,7 mil moradores, recebeu R\$ 1 milhão de forma emergencial – mas, segundo o próprio Ministério da Saúde, a localidade só tinha autorização para receber até R\$ 4,3 mil. O repasse, portanto, ficou 23.215% acima do teto. Desde que recebeu o dinheiro, a prefeitura informou ter gastado R\$ 485,8 mil com atenção especializada no município, menos

pondeu aos questionamentos da reportagem.

PADILHA. A distribuição do dinheiro foi comandada pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. No papel, o repasse se deu a partir de propostas feitas por Estados e municípios avaliadas pelos técnicos do ministério. Foi Padilha quem indicou Nísia Trindade para a Saúde. Na Secretaria de Relações Institucionais, quem toca o dia a dia da relação com a pasta é o médico pernambucano Mozart Sales, amigo de Padilha desde os tempos de movimento estudantil e hoje assessor especial do ministro.

Líderes da Câmara assinaram um pedido de informações ao Ministério da Saúde em fevereiro questionando a ministra sobre os critérios adotados na liberação do recurso. Pessoas com conhecimento do dia a dia do ministério dizem que as listas de propostas a serem priorizadas chegavam da SRI de Alexandre Padilha em planilhas de Excel, o software de planilhas da Microsoft. Procurado, o ministério de Padilha confirmou que encaminha indicações políticas ao Ministério da Saúde, mas disse que a pasta “não tem qualquer atribuição no julgamento técnico das propostas”.

De acordo com o órgão, a SRI “repassa aos órgãos as propostas apresentadas” por parlamentares ou outros agentes, “sejam estes da base ou da oposição”. “O mesmo vale para as prefeituras e os governos estaduais, independentemente do partido de seus governantes.”

A negociação de recursos da Portaria 544 também aparece na agenda oficial de autoridades do Ministério da Saúde. Encontros para tratar do assunto são citados na agenda do chefe da Assessoria Parlamentar (Aspar) do Ministério da Saúde, o ex-deputado federal pelo Rio Chico D’Ângelo.

Em 2023, o Ministério da Saúde não divulgou a lista das propostas apresentadas por congressistas, dentro da Portaria 544. Em resposta a um pedido da Lei de Acesso à Informação, no dia 4 de outubro, Nísia Trindade negou que as verbas fossem negociadas com o Congresso sistematicamente (mais informações na pág. A8).

Articulação
Distribuição do dinheiro foi comandada por Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais

da metade do dinheiro enviado pelo governo de forma emergencial. Procurada, a prefeitura de Filadélfia não se manifestou. No mesmo ano, Taguatinga (TO), com 14 mil habitantes, também com um hospital, tinha um teto de R\$ 1 milhão e pediu recursos para a pasta da Saúde, mas não recebeu nada.

Bom Jesus do Galho, um município de 14,5 mil habitantes em Minas Gerais, tem um hospital e sete postos de saúde. Oficialmente, a cidade não tinha autorização para receber nenhum recurso para o custeio de alta e média complexidades no ano passado, mas conseguiu R\$ 1,14 milhão da portaria. Enquanto isso, Itaboraí (RJ), com uma população de 113 mil habitantes, três hospitais e 26 postos de saúde, não recebeu nenhum recurso emergencial, mesmo tendo solicitado R\$ 48 milhões ao Ministério da Saúde para custear os serviços. A prefeitura de Bom Jesus do Galho não res-